



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLE INTERNO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

RELATÓRIO DE ANALISE ANUAL

MODALIDADE: PRESTAÇÃO DE CONTAS

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

EXERCÍCIO: 2018

EQUIPE: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA

SOSTINES SABINO CAVALCANTE

MÁRIO SÉRGIO OLIVEIRA



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA. IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://stc.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-ena7-420e-4058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. GESTÃO DA EDUCAÇÃO	4
2.1 <i>Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino</i>	4
2.2 <i>Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica</i>	5
3. GESTÃO DA SAÚDE	6
3.1 <i>Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde</i>	6
4. GESTÃO FISCAL	8
4.1 <i>Despesa Total com Pessoal</i>	8
4.2 <i>Divida Consolidada Liquida</i>	9
4.3 <i>Operações de Créditos</i>	10
4.5 <i>Da Execução Orçamentária</i>	11
CONCLUSÃO	15
A P Ê N D I C E S	16



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de análise tem por objetivo observar os dados contidos na prestação de contas do Prefeito do Município de Garanhuns, Sr. Izaías Regis Neto, relativo ao exercício de 2018, para subsidiar a Gestão dos atos realizados no exercício citado.

A prestação de contas foi enviada no prazo estabelecido no art. 24-A da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores. Todas contas foram consolidadas dos Poderes Executivo e Legislativo. As análises do Poder Executivo, por sua vez, apresentam os resultados das Administrações Direta e Indireta constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, incluindo os fundos especiais.

As análises foram conduzidas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo o Controle Interno Municipal, obedecendo a Resolução do TCE/PE, Nº 047/2018.

- a) Análise quanto a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino;
- b) Verificação da Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- c) Análise das ações e Serviços públicos de Saúde;
- d) Do Repasse do Duodécimo à Câmara de Vereadores;
- e) Da Despesa com Pessoal;
- f) Da Dívida Consolidada Líquida;
- g) Verificação da Realização de Operação de Crédito

A análise técnica deste Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal onde os responsáveis, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, não se eximem das sanções e penalidades junto ao Tribunal de Contas.

2. GESTÃO DA EDUCAÇÃO

2.1 Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Conforme determina o caput do art. 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino **no mínimo 25%** da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências estaduais e federais.

Com base nos dados constantes no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada apurou-se a receita mínima aplicável na manutenção e desenvolvimento do ensino **(R\$ 139.059.642,13 – Apêndice IV)**.

Para apuração do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2018 utilizaram-se os demonstrativos elencado no **Apêndice IV**, onde conclui que o município aplicou um montante de **R\$. 39.136.674,75**, que corresponde a um percentual de **28,14%** assim cumprindo a exigência de aplicação contida no caput do art. 212 da **Constituição Federal (25%)**.

Conforme apurado nos relatórios de auditoria relativos aos respectivos processos de prestação de contas, o município vem aplicando na manutenção e desenvolvimento do ensino os seguintes percentuais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Exercício	Percentual
2009	16,60%
2010	24,24%
2011	25,62%
2012	24,85%
2013	19,91%
2014	28,43%
2015	26,74%
2016	25,01%
2017	31,51%
2018	28,14%

2.2 Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

Conforme a Lei Federal nº 11.494/07, ART. 22, dos recursos anuais totais do FUNDEB, 60% no mínimo, devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo na rede pública. Nesses recursos, incluem-se a complementação da União e as receitas de aplicação financeira dos valores recebidos pelo Fundo.

Para apuração do valor aplicado na remuneração do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental foi utilizado o demonstrativo das despesas realizadas com recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica e dos restos a pagar processados e não processados na função educação. As receitas do FUNDEB foram obtidas a partir das fontes de informação apresentadas no **Apêndice V** e somaram **R\$. 57.459.856,13**

Com base nessas informações, o **Apêndice V** também demonstra que a Prefeitura de Garanhuns aplicou, em 2018, **R\$. 44.586.680,86**, equivalente a **77,60%** dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais do magistério da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

De acordo com o apontado nos relatórios de auditoria relativos de prestação de contas relacionado abaixo, o município tem o seguinte histórico de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério:

Exercício	Percentual	Processo
2009	60,08%	TCE-PE nº 1030079-0
2010	71,31%	TCE-PE nº 1130060-7
2011	70,32%	TCE-PE nº 1290131-3
2012	86,80%	TCE-PE nº 1390091-2
2013	80,66%	TCE-PE nº 1470051-7
2014	82,48%	TCE-PE nº 15100080-3
2015	70,31%	TCE-PE nº 16100042-3
2016	68,11%	TCE-PE nº 17100083-3
2017	75,22%	TCE-PE nº 18100331-4
2018	77,60%	Em Processamento

3. GESTÃO DA SAÚDE

3.1 Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços de saúde pelos municípios esta regulamentada no **art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012**, o qual estabelece que **os municípios deverão aplicar pelo menos 15%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, e que esses



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

recursos bem como os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo Municipal de Saúde.

Considerando os dados constantes do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada foram, determinadas as receitas vinculadas aos gastos em ações e serviços públicos de saúde: **R\$.134.616.024,81 (Apêndice VI)**.

A partir dos demonstrativos elencados no **(Apêndice VI)**, apurou-se o total das despesas no valor de **R\$. 21.483.359,81**, que foram realizadas nas ações e serviços públicos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde (FMS). Conforme valores calculados, o Município aplicou na saúde, por meio FMS, **um percentual de 15,96% (Apêndice VI)**, cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Entretanto as informações constantes dos relatórios de auditoria aos processos abaixo indicados, o município vem aplicando nas ações e serviços públicos de saúde da seguinte forma:

Exercício	Percentual	Processo
2009	16,38%	TCE-PE nº 1030079-0
2010	17,81%	TCE-PE nº 1130060-7
2011	15,46%	TCE-PE nº 1290131-3
2012	13,02%	TCE-PE nº 1390091-2
2013	18,51%	TCE-PE nº 1470051-7
2014	16,17%	TCE-PE nº 15100080-3
2015	19,20%	TCE-PE nº 16100042-3
2016	16,70%	TCE-PE nº 17100083-3
2017	16,02%	TCE-PE nº 18100331-4
2018	15,96%	Em Processamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

4. GESTÃO FISCAL

4.1 Despesa Total com Pessoal

Na apuração das despesas totais com pessoal, de que tratam os art. 18 a 23 da Lei Complementar Nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Receita corrente Líquida	R\$. 254.556.414,73
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$.129.263.199,55
Limite de alerta cfe ar. 59, § 1º, II da LRF	R\$.123.714.417,56
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R\$.130.587.440,76
Limite máximo cfe art. 20, III, “b” da LRF	R\$.137.460.463,95
% Receita corrente Líquida	50,78%

Conforme a Lei Complementar nº 101/2000(Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo **não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida** do período de apuração.

O levantamento da análise (**Apêndice I**), revela que a despesa total com pessoal do Poder Executivo, no último quadrimestre do exercício de 2018, **alcançou R\$. 129.263.199,55**, o que representou **um percentual de 50,78%** em relação à Receita Corrente Líquida.

Observamos que a Prefeitura não ultrapassou o limite de despesa com pessoal, obedecendo ao previsto na Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

4.2 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31 de dezembro de 2018, a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001, do Senado Federal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Dívida Consolidada (I)	R\$ 8.044.246,60
Parcelamento de Contribuições Previdenciárias	R\$ 6.452.440,63
Demais Dívidas Contratuais	R\$ 1.009.951,63
Precatórios Incluídos no Orçamento e não Pagos	R\$ 581.854,34
Deduções (II)	R\$ 12.774.669,81
Disponibilidade de Caixa	R\$ 11.020.839,37
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta (Exceto RPPS)	R\$ 23.626.844,21
(-) Restos A Pagar Processados	R\$ 12.606.004,84
(-) Demais Disponibilidades Financeiras (Exceto do RPPS)	R\$ 1.753.830,44
(=) Dívida Consolidada Líquida	R\$ -4.730.423,21
Receita Corrente Líquida RCL	R\$ 254.556.414,73
Limite de Emissão de Alerta CF, Art. 59, § 1º, III Da LRF (108% s/RCL)	R\$ 274.920.927,91
Limite Legal Cf Art. 3º, II da Resolução 40/2001 (120% s/RCL)	R\$ 305.467.697,68

No exercício de 2018, o Poder Executivo aplicou, no 2º semestre de 2018, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesa de capital. A receita de capital foi vinculada a recurso específico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

4.3 Operações de Créditos

No tocante ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município não realizou operação de crédito no exercício de 2018.

b) OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (A R O):

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária 2018.

b) RESTOS A PAGAR:

Quanto a restos a pagar, e obedecidos os critérios de inscrição previsto pelo TCE/PE, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018, revela que o total de empenhos a liquidar foi de **R\$. 666.338,90** e o total de empenhos liquidados a pagar foi de **R\$.12.606.004,84**. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos, somados às demais em 31/12/2018.

4.4 Dos Repasses ao Poder Legislativo

Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município, podem ser visualizados nos quadros a seguir:

Repasso do Duodécimo acima/abaixo do limite mínimo – a Auditoria apresentou o seguinte quadro:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

VALOR DO DUODÉCIMO REPASSADO À CÂMARA DE VEREADORES	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
Limite da Lei Orçamentária Anual (LOA)	10.940.000.000,00
VALOR EFETIVAMENTE REPASSADO À CÂMARA	8.197.567,11

Ocorre que o percentual de 6%, para Municípios entre 100 e 300 mil habitantes, foi instituído pelo artigo 29-A da Constituição Federal passaram a ser produzidos a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente (2010).

Sendo 6% o limite (e vigente durante o exercício de 2018), o teto para o repasse do duodécimo era de **R\$ 8.197.567,11** o que foi atendido pelo Prefeito. (Apêndice VII)

4.5 Da Execução Orçamentária

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das prestações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria (ou Administração e Finanças) no exercício de 2018 observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos critérios votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

- c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.
- e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos de legislação vigente.
- f) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e revelação de saldo contábil.

- a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos)	R\$. 81.021.185,84
(÷) Receita orçamentária realizada	R\$. 284.679.562,85
(÷) Movimentos de crédito no sistema financeiro	RS. 80.348.624,07



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

(-)Despesa Orçamentária realizada	R\$ 290.024.948,49
(-)Movimento de débito no sistema financeiro	RS. 75.208.657,14
(=) Saldo das disponibilidades em 31/12/2018 (caixa e bancos)	R\$.80.815.767,13

b) Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2018:

(+) <i>Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	R\$.339.779.106,82
(+) <i>Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	R\$.697.849.297,23
(=) Resultado Patrimonial (déficit)	R\$.358.070.190,41

O resultado encontrado coincide com aquele constante de Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

c) Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo14) foi aplicado o seguinte teste de revelação de saldo contábil:

Saldo patrimonial do exercício anterior	247.719.367,61
(-) Resultado do exercício apurado conforme demonstração das variações patrimoniais	358.070.190,41
(=) Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2018)	-110.350.822,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial Constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA, IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-ead7-420e-a058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Coordenadoria Geral de Controle Interno emite o Parecer onde as metas previstas no Plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do Governo Municipal elencados na Lei Orçamentária do exercício foram, na medida do possível, adequadamente cumpridas.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e eficiência da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas Leis Orçamentárias com o proveito para a coletividade, efetivamente atendidos.

Em relação a aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado, anota-se que o Município concedeu algumas subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados.

Em relação aos limites Constitucionais com Saúde, Educação e Pessoal foram alcançados pela a Gestão como também os repasses para os Poder Legislativo Municipal que segue em anexo no **(apêndice XI)**.

É o relatório e Parecer.

Garanhuns, 20 de março de 2019.

GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA

Coordenador Geral de Controle Interno

Portaria nº 0036/2013-GP

Matricula nº 9425



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

A P Ê N D I C E S



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA, IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://stc.e-ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-eaa7-420e-a058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE I

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (art. 2º, IV da LRF)

Mês de referência: dezembro de 2018 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2018

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
1. RECEITAS CORRENTES	282.783.989,71
1.1. Receitas Tributárias	36.026.135,49
1.2. Receitas de Contribuições	10.439.367,36
1.3. Receitas Patrimoniais	9.938.905,92
1.4. Receitas Agropecuárias	- 0 -
1.5. Receitas Industriais	- 0 -
1.6. Receitas de Serviços	12.447.326,52
1.7. Transferências Correntes	210.209.257,03
1.8. Outras Receitas Correntes	45.849.212,71
2. (-) DEDUÇÕES	28.227.574,98
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	6.478.171,41
2.2. Compensação financeira entre regimes previdenciários	1.213.070,07
2.3. Dedução da receita para formação do FUNDEB	20.536.335,50
3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1-2)	254.556.414,73



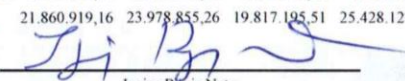
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

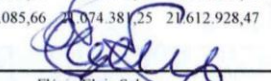
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JAN/2018 A DEZ/2018

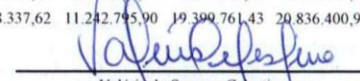
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
RECEITAS CORRENTES (I)	24.115.824,49	26.965.266,25	22.152.241,45	27.594.126,25	25.506.097,08	23.263.546,90	23.556.577,83	22.788.508,01	13.893.494,48	21.588.148,78	22.982.178,93	28.377.979,26	282.783.989,71	310.395.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.437.890,64	2.680.164,21	2.938.074,32	3.124.969,41	3.407.135,35	3.111.971,63	2.870.931,40	2.911.646,48	2.766.118,11	2.457.566,96	3.016.817,64	3.302.849,34	36.026.135,49	36.050.720,00
IPTU	766.965,67	542.402,19	444.103,55	665.468,97	748.161,11	312.360,21	369.303,73	382.441,82	405.473,52	383.203,60	358.997,65	386.586,08	5.765.468,10	4.412.000,00
ISS	1.528.854,00	1.141.952,99	1.295.154,09	1.463.871,95	1.547.794,35	1.790.927,19	1.469.895,77	1.502.829,81	1.420.856,97	1.194.948,83	1.377.090,29	1.491.846,97	17.226.023,21	16.210.000,00
ITBI	167.512,28	292.237,22	122.137,33	133.238,29	104.536,49	141.885,55	162.558,95	178.998,79	140.015,11	186.791,20	235.224,38	162.016,29	2.027.151,88	1.285.000,00
IRRF	434.589,74	280.276,89	689.788,51	454.553,62	590.555,61	543.315,73	474.039,23	556.791,10	543.378,59	449.019,84	846.912,27	1.052.490,39	6.915.711,52	9.590.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.968,95	423.294,92	386.890,84	407.836,58	416.087,79	323.482,95	395.133,72	290.584,96	256.393,92	243.603,49	198.593,05	209.909,61	4.091.780,78	4.553.720,00
Contribuições	541.651,23	910.925,88	856.782,88	887.354,69	883.655,93	894.525,32	881.941,90	883.939,35	872.778,77	895.127,58	879.578,29	1.051.105,54	10.439.367,36	14.133.000,00
Receita Patrimonial	783.916,97	397.202,08	693.222,27	425.218,45	95.297,74	702.148,41	900.057,56	2.110.777,97	502.397,75	1.497.853,74	821.398,87	1.009.414,11	9.938.905,92	11.184.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	783.916,97	397.202,08	693.222,27	425.218,45	95.297,74	702.148,41	900.057,56	2.110.777,97	502.397,75	1.497.853,74	821.398,87	1.009.414,11	9.938.905,92	10.634.000,00
Outras Rceitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	1.410.983,58	873.303,69	638.146,83	1.246.930,07	947.013,63	584.008,86	1.575.688,47	1.096.951,69	912.425,08	1.255.840,41	751.052,50	1.154.981,71	12.447.326,52	17.093.000,00
Transferências Correntes	17.240.694,47	21.797.875,01	16.647.969,74	15.867.065,95	19.906.677,70	17.764.750,23	17.039.866,64	15.423.693,49	14.536.818,01	15.193.684,47	17.416.717,63	21.373.443,69	210.209.257,03	227.057.480,00
Cota-Parte do FPM	4.375.601,75	5.720.279,95	3.851.984,74	4.038.680,52	4.955.215,05	4.638.104,13	5.342.896,71	3.974.014,33	2.997.204,63	3.404.805,03	4.281.209,94	7.495.377,78	55.075.374,56	55.104.480,00
Cota-Parte do ICMS	3.823.110,34	3.060.695,77	2.912.476,96	2.443.456,30	3.691.662,23	3.169.416,83	3.345.403,83	3.272.199,42	3.541.220,84	3.800.319,58	3.458.637,49	3.637.542,57	40.156.142,16	39.365.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.971.523,42	3.354.296,76	2.138.214,21	1.568.543,96	683.408,34	396.800,04	431.907,76	327.288,21	191.562,23	200.398,66	150.141,08	182.176,17	11.596.260,84	18.674.000,00
Cota-Parte do ITR	1.287,72	697,39	175,14	30,64	1.146,06	1.895,37	985,03	674,57	1.394,07	5.124,42	634,11	2.162,23	16.206,75	6.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	6.301,82	75.621,84	83.000,00
Transferências da LC 61/1989	18.761,82	18.814,29	15.128,78	16.279,32	17.547,15	17.268,01	15.640,22	17.447,23	15.715,97	18.651,45	16.701,53	17.725,50	205.681,27	129.000,00
Transferências do FUNDEB	4.777.153,46	6.063.747,66	4.461.623,31	3.658.346,97	7.021.676,91	4.550.505,85	4.098.102,73	4.345.807,49	4.132.202,89	4.477.309,10	4.564.200,03	5.084.080,50	57.234.756,90	59.666.000,00
Outras Transferências Correntes	2.266.954,14	3.573.041,37	3.262.064,78	4.135.426,42	3.529.720,14	4.984.458,18	3.798.628,54	3.479.960,42	3.651.215,56	3.280.774,41	4.938.891,63	4.948.077,12	45.849.212,71	54.030.000,00
Outras Receitas Correntes	700.687,60	305.795,38	378.045,41	6.042.587,68	266.316,73	206.142,45	288.091,86	361.499,03	-5.697.043,24	288.075,62	96.614,00	486.184,87	3.722.997,39	4.877.000,00
DEDUÇÕES (II)	2.254.905,33	2.986.410,99	2.335.045,94	2.165.998,61	2.422.011,42	2.189.165,65	1.943.649,36	2.080.170,39	2.650.698,58	2.188.387,35	2.145.778,00	2.865.353,36	28.227.574,98	33.767.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	215.588,02	554.193,83	550.189,72	551.340,26	550.955,37	543.208,49	553.585,24	560.585,34	551.703,48	566.883,76	563.052,89	716.885,01	6.478.171,41	9.859.000,00
Compens. Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	748.315,27	134.383,50	0,00	330.371,30	1.213.070,07	1.452.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB													0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	2.039.317,31	2.432.217,16	1.784.856,22	1.614.658,35	1.871.056,05	1.645.957,16	1.390.064,12	1.519.585,05	1.350.079,83	1.487.120,09	1.582.725,11	1.818.097,05	20.536.333,50	22.456.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	21.860.919,16	23.978.855,26	19.817.195,51	25.428.127,64	23.084.085,66	21.074.381,25	20.612.928,47	20.708.337,62	11.242.795,90	19.390.761,43	20.836.400,93	25.512.625,90	254.556.414,73	276.628.000,00


Izaias Régis Neto
173.909.664-91
Prefeito


Flávio Eloia Sales
355.231.584-53
Secretário de Finanças


Valéria do Socorro Celestino
729.124.214-20
Contadora CRC 016.692/O-6


PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
Glaucio Brasileiro de Lima



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA, IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-eea7-420e-a058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE II

DESPEZA TOTAL COM PESSOAL

APURAÇÃO DA DESPEZA TOTAL COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO

Período de apuração: janeiro a dezembro de 2018

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	176.904.898,28
1.1. Ativo	146.149.084,78
1.1.1. Contratação por Tempo Determinado	29.839.144,85
1.1.2. Salário-Família	- 0 –
1.1.3. Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	73.682.674,83
1.1.4. Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS – Fundo ou Instituto)	25.577.367,73
1.1.5. Outras Despesas Variáveis	9.833,14
1.1.6. Indenizações Trabalhistas	14.832.728,60
1.1.7. Sentenças Judiciais	1.942.990,17
1.1.8. Despesas de Exercícios Anteriores	110.166,46
1.1.9. Pensões	124.179,00
1.2.0 Restos a Pagar não Processados	30.000,00
1.2. Inativo e Pensionista	30.755.813,50
1.2.1. Aposentadoria e Reforma	26.297.680,11
1.2.2. Pensões	3.133.776,20
1.2.3. Outros Benefícios Previdenciários	1.324.357,19
1.2.4. Salário-Família	- 0 –
1.2.5. Sentenças Judiciais	- 0 –
1.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores	- 0 –
1.2.7. Outros	- 0 –
1.3. Outras Despesas de Pessoal (§ 1º, art. 18 da LRF)	- 0 –
2. DEDUÇÕES (§ 1º, art. 19 da LRF)	47.641.698,73
2.1. Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (vide art. 19 § 1º, I e II da LRF)	- 0 –
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	1.942.990,17
2.3. Despesas de Exercícios Anteriores	110.166,46
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	30.755.813,50
2.5. Outras Deduções	14.832.728,60
3. DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP = (1-2)	129.263.199,55
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	254.556.414,73
5. COMPROMETIMENTO DA DPT = DPT/RCL (100%)	50.78%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

GARANHUNS - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

R\$ 1

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.160.634,44	12.926.919,87	14.017.219,77	11.802.660,18	15.800.791,84	14.230.067,64	14.073.335,46	14.382.183,85	14.451.026,80	14.548.679,69	17.471.348,06	20.010.030,68	176.874.898,28	30.000,00
Pessoal Ativo	10.982.539,92	10.742.328,13	11.717.220,46	9.543.321,19	13.540.203,85	11.947.851,39	11.776.572,25	12.068.175,42	12.123.437,94	12.243.792,44	12.902.864,77	17.683.705,21	147.272.012,97	30.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.069.160,46	8.652.233,76	9.640.301,92	9.173.603,75	9.610.036,93	9.984.613,94	9.629.592,07	9.860.272,24	9.867.356,67	9.941.004,02	10.810.059,31	14.132.052,98	120.370.288,05	0,00
Obrigações Patronais	1.885.317,92	1.885.723,32	2.001.810,53	194.451,51	3.809.980,83	1.839.232,70	2.017.554,44	2.067.992,80	2.091.203,96	2.246.847,57	2.060.719,95	3.476.532,20	25.577.367,73	30.000,00
Benefícios Previdenciários	28.061,54	204.371,05	75.108,01	175.265,93	120.186,09	124.004,75	129.425,74	139.910,38	164.877,31	55.940,85	32.085,51	75.120,03	1.324.357,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.178.094,52	2.184.591,74	2.299.999,31	2.259.338,99	2.260.587,99	2.282.216,25	2.296.763,21	2.314.008,43	2.327.588,86	2.304.887,25	4.568.483,29	2.326.325,47	29.602.885,31	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.936.192,66	1.939.590,23	2.052.411,44	2.012.912,58	2.014.707,79	2.027.520,58	2.044.390,57	2.055.787,77	2.070.720,91	2.048.050,65	4.068.535,58	2.074.109,35	26.344.930,11	0,00
Pensões	241.901,86	245.001,51	247.587,87	246.426,41	245.880,20	254.695,67	252.372,64	258.220,66	256.867,95	256.836,60	499.947,71	252.216,12	3.257.955,20	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.242.209,89	2.389.073,20	2.549.084,78	6.660.666,58	3.883.028,81	3.782.846,42	3.782.423,52	4.069.666,35	4.022.085,96	3.878.733,30	6.160.997,17	4.220.882,75	47.641.698,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	4.065.568,46	1.218.921,69	1.221.992,87	1.228.111,35	1.339.146,67	1.343.578,75	1.236.053,80	1.418.206,67	1.761.148,34	14.832.728,60	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	26.040,40	448,59	142.749,47	140.343,98	281.919,04	163.218,55	153.572,22	302.049,87	211.490,04	291.550,40	161.619,70	67.987,91	1.942.990,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	20.189,43	9.837,82	41.403,99	28.735,22	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.166,46	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.195.980,06	2.378.786,79	2.364.931,32	2.426.018,92	2.372.188,08	2.397.635,00	2.400.739,95	2.428.469,81	2.467.017,17	2.351.129,10	4.581.170,80	2.391.746,50	30.755.813,50	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.918.424,55	10.537.846,67	11.468.134,99	5.141.993,60	11.917.763,03	10.447.221,22	10.290.911,94	10.312.517,50	10.428.940,84	10.669.946,39	11.310.350,89	15.789.147,93	129.233.199,55	30.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		254.556.414,73	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		254.556.414,73	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)		129.263.199,55	50,78
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		137.460.463,95	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		130.587.440,76	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		123.714.417,56	48,60

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64
- 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

Izaias Régis Neto
173.909.664-91
Prefeito

Flávio Eloia Sales
355.231.584-53
Secretário de Finanças

Valéria do Socorro Celestino
729.124.214-20
Contadora CRC 016.692/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
Glauco Brasileiro de Lima
Controladoria Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE III

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CÁLCULO DA DIFERENÇA POSITIVA / NEGATIVA DO FUNDEB Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB (1.1+ ... +1.6)	20.536.333,50
1.1. Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	10.126.351,16
1.2. Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	8.031.228,37
1.3 ICMS – Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	15.124,32
1.4. Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	41.136,25
1.5. Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	3.241,23
1.6. Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	2.319.252,17
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (2.1 + 2.2 + 2.3)	57.459.856,13
2.1. Transferências de Recursos do FUNDEB	52.573.866,22
2.2. Complementação da União ao FUNDEB	4.660.890,68
2.3. Rendimentos de Aplicações Financeiras	225.099,23
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1 – 1)	32.037.532,72



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 1 of 4

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS				
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.497.000,00	31.497.000,00	31.934.354,71	101,39
1.1.1 - IPTU	4.412.000,00	4.412.000,00	5.765.468,10	130,68
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.183.000,00	2.183.000,00	2.015.981,71	92,35
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.229.000,00	2.229.000,00	3.749.486,39	168,21
1.2.1 - ITBI	1.285.000,00	1.285.000,00	2.027.151,88	157,76
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.235.000,00	1.235.000,00	2.027.151,88	164,14
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
1.3.1 - ISS	16.210.000,00	16.210.000,00	17.226.023,21	106,27
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	16.165.000,00	16.165.000,00	17.182.795,37	106,30
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	45.000,00	45.000,00	43.227,84	96,06
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	9.590.000,00	9.590.000,00	6.915.711,52	72,11
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1 - Cota-Parte FPM	113.361.480,00	113.361.480,00	107.125.287,42	94,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	55.104.480,00	55.104.480,00	55.075.374,56	99,95
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	54.024.000,00	54.024.000,00	50.631.757,24	93,72
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	540.240,00	540.240,00	2.192.814,44	405,90
2.2 - Cota-Parte ICMS	540.240,00	540.240,00	2.250.802,88	416,63
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	39.365.000,00	39.365.000,00	40.156.142,16	102,01
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	83.000,00	83.000,00	75.621,84	91,11
2.5 - Cota-Parte ITR	129.000,00	129.000,00	205.681,27	159,44
2.6 - Cota-Parte IPVA	6.000,00	6.000,00	16.206,75	270,11
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	18.674.000,00	18.674.000,00	11.596.260,84	62,10
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	144.858.480,00	144.858.480,00	139.059.642,13	96,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	630.000,00	630.000,00	179.298,26	28,46
5.1 - Transferências do Salário-Educação	9.107.000,00	9.107.000,00	8.584.144,39	94,26
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	2.984.000,00	2.984.000,00	2.845.532,55	95,36
5.3 - Transferências Diretas - PNATE	20.000,00	20.000,00	4.700,00	23,50
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	1.239.000,00	1.239.000,00	1.516.242,00	122,38
5.5 - Outras Transferências do FNDE	329.000,00	329.000,00	512.090,91	155,65
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.525.000,00	4.525.000,00	3.676.285,04	81,24
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	29.293,89	292,94
6.1 - Transferências de Convênios	1.165.000,00	1.165.000,00	260.359,92	22,35
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.164.000,00	1.164.000,00	260.359,92	22,37
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	10.902.000,00	10.902.000,00	9.023.802,57	82,77





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 2 of 4

R\$ 1

FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)			
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB							
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	22.456.200,00	22.456.200,00	20.536.333,50		91,45		
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.804.800,00	10.804.800,00	10.126.351,16		93,72		
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.873.000,00	7.873.000,00	8.031.228,37		102,01		
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.600,00	16.600,00	15.124,32		91,11		
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	25.800,00	25.800,00	41.136,25		159,44		
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.200,00	1.200,00	3.241,23		270,10		
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.734.800,00	3.734.800,00	2.319.252,17		62,10		
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	59.927.000,00	59.927.000,00	57.459.856,13		95,88		
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	52.336.000,00	52.336.000,00	52.573.866,22		100,45		
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.330.000,00	7.330.000,00	4.660.890,68		63,59		
12. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	261.000,00	261.000,00	225.099,23		86,24		
	29.879.800,00	29.879.800,00	32.037.532,72		107,22		
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1 - Com Educação Infantil	47.264.000,00	44.729.000,00	44.586.680,86	99,68	44.586.680,86	99,68	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	7.871.000,00	8.572.500,00	8.548.446,67	99,72	8.548.446,67	99,72	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	39.393.000,00	36.156.500,00	36.038.234,19	99,67	36.038.234,19	99,67	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	12.663.000,00	14.371.827,00	13.671.960,65	95,13	13.671.960,65	95,13	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	3.531.000,00	3.412.700,00	3.302.737,89	96,78	3.302.737,89	96,78	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	9.132.000,00	10.959.127,00	10.369.222,76	94,62	10.369.222,76	94,62	0,00
	59.927.000,00	59.100.827,00	58.258.641,51	98,88	58.258.641,51	98,88	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)							58.258.641,51
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)							77,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)							23,79
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%							-1,39
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE							Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							9,23
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018							0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.439]. PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Portaria Nº 495 de 2017





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

Page 3 of 4

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100		
22. EDUCAÇÃO INFANTIL	13.396.000,00	13.371.200,00	13.081.599,11	97,83	13.081.599,11	97,83	0,00	
22.1 Creche	13.396.000,00	13.371.200,00	13.081.599,11	97,83	13.081.599,11	97,83	0,00	
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.402.000,00	11.985.200,00	11.851.184,56	98,88	11.851.184,56	98,88	0,00	
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.994.000,00	1.386.000,00	1.230.414,55	88,77	1.230.414,55	88,77	0,00	
22.2 Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23. ENSINO FUNDAMENTAL	62.298.000,00	66.058.427,00	62.753.499,04	95,00	62.740.712,20	94,98	12.786,84	
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	48.525.000,00	47.115.627,00	46.407.456,95	98,50	46.407.456,95	98,50	0,00	
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	13.773.000,00	18.942.800,00	16.346.042,09	86,29	16.333.255,25	86,22	12.786,84	
24. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25. ENSINO SUPERIOR	19.617.000,00	19.667.000,00	15.075.257,70	76,65	14.994.339,90	76,24	80.917,80	
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	294.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27. OUTRAS	436.000,00	781.000,00	408.363,90	52,29	408.363,90	52,29	0,00	
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	96.041.000,00	100.020.627,00	91.318.719,75	91,30	91.225.015,11	91,21	93.704,64	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor	
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (12)							32.037.532,72	
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							4.660.890,68	
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							0,00	
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00	
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*							0,00	
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							0,00	
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)							36.698.423,40	
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)							39.136.674,75	
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,14	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100		
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.984.000,00	4.402.900,00	3.256.498,61	73,96	3.256.498,61	73,96	0,00	
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	8.277.000,00	6.674.900,00	4.846.410,70	72,61	4.846.410,70	72,61	0,00	
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	11.261.000,00	11.077.800,00	8.102.909,31	73,15	8.102.909,31	73,15	0,00	
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	107.302.000,00	111.098.427,00	99.421.629,06	89,49	99.327.924,42	89,41	93.704,64	





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 4 of 4

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		RS 1	
	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)	
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	59.232,51	343,08	
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	57.234.756,90	2.845.532,55	
48.1 - Orçamento do Exercício	61.696.512,88	3.413.901,81	
48.2 - Restos a Pagar	58.258.641,51	3.343.507,68	
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.437.871,37	70.394,13	
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	225.099,23	29.293,89	
51. (+) Ajustes	-4.177.424,24	-538.732,29	
51.1 Retenções	4.333.968,66	544.626,77	
51.2 Conciliação Bancária	4.333.968,66	544.626,77	
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00	
	156.544,42	5.894,48	

Izaias Régis Neto
173.909.664-91
Prefeito

Flávio Eloia Sales
355.231.584-53
Secretário de Finanças

Valéria do Socorro Celestino
729.124.214-20
Contadora CRC 016.692/O-6

- 1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
- 3) Caput do artigo 212 da CF/1988
- 4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
- 6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa.
- 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota Explicativa

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referente ao 6º bimestre/2018, está sendo republicado no quadro de avisos da Prefeitura no período de 11 a 30 de março/2019. Também disponível em: <http://cgm.garanhuns.ebnd.com.br/indexTransp.html>





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

APÊNDICE IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 1 of 4

RECEITAS DO ENSINO					RS 1
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)	
1. RECEITAS DE IMPOSTOS					
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.497.000,00	31.497.000,00	31.934.354,71	101,39	
1.1.1 - IPTU	4.412.000,00	4.412.000,00	5.765.468,10	130,68	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.183.000,00	2.183.000,00	2.015.981,71	92,35	
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.229.000,00	2.229.000,00	3.749.486,39	168,21	
1.2.1 - ITBI	1.285.000,00	1.285.000,00	2.027.151,88	157,76	
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.235.000,00	1.235.000,00	2.027.151,88	164,14	
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
1.3.1 - ISS	16.210.000,00	16.210.000,00	17.226.023,21	106,27	
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	16.165.000,00	16.165.000,00	17.182.795,37	106,30	
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	45.000,00	45.000,00	43.227,84	96,06	
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	9.590.000,00	9.590.000,00	6.915.711,52	72,11	
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1 - Cota-Parte FPM	113.361.480,00	113.361.480,00	107.125.287,42	94,50	
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	55.104.480,00	55.104.480,00	55.075.374,56	99,95	
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	54.024.000,00	54.024.000,00	50.631.757,24	93,72	
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	540.240,00	540.240,00	2.192.814,44	405,90	
2.2 - Cota-Parte ICMS	540.240,00	540.240,00	2.250.802,88	416,63	
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	39.365.000,00	39.365.000,00	40.156.142,16	102,01	
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	83.000,00	83.000,00	75.621,84	91,11	
2.5 - Cota-Parte ITR	129.000,00	129.000,00	205.681,27	159,44	
2.6 - Cota-Parte IPVA	6.000,00	6.000,00	16.206,75	270,11	
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	18.674.000,00	18.674.000,00	11.596.260,84	62,10	
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	144.858.480,00	144.858.480,00	139.059.642,13	96,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	630.000,00	630.000,00	179.298,26	28,46	
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	9.107.000,00	9.107.000,00	8.584.144,39	93,26	
5.1 - Transferências do Salário-Educação	2.984.000,00	2.984.000,00	2.845.532,55	95,36	
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	20.000,00	20.000,00	4.700,00	23,50	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	1.239.000,00	1.239.000,00	1.516.242,00	122,38	
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	329.000,00	329.000,00	512.090,91	155,65	
5.5 - Outras Transferências do FNDE	4.525.000,00	4.525.000,00	3.676.285,04	81,24	
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	29.293,89	292,94	
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.165.000,00	1.165.000,00	260.359,92	22,35	
6.1 - Transferências de Convênios	1.164.000,00	1.164.000,00	260.359,92	22,37	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	10.902.000,00	10.902.000,00	9.023.802,57	82,77	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.439], PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Portaria Nº 495 de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA, IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-eea7-420e-a058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 2 of 4

FUNDEB								RS 1
RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
				Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100 (%)			
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB								
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)		22.456.200,00	22.456.200,00	20.536.333,50			91,45	
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)		10.804.800,00	10.804.800,00	10.126.351,16			93,72	
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)		7.873.000,00	7.873.000,00	8.031.228,37			102,01	
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)		16.600,00	16.600,00	15.124,32			91,11	
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))		25.800,00	25.800,00	41.136,25			159,44	
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)		1.200,00	1.200,00	3.241,23			270,10	
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB								
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		3.734.800,00	3.734.800,00	2.319.252,17			62,10	
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		59.927.000,00	59.927.000,00	57.459.856,13			95,88	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		52.336.000,00	52.336.000,00	52.573.866,22			100,45	
12. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)		7.330.000,00	7.330.000,00	4.660.890,68			63,59	
		261.000,00	261.000,00	225.099,23			86,24	
		29.879.800,00	29.879.800,00	32.037.532,72			107,22	
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO								
13.1 - Com Educação Infantil		47.264.000,00	44.729.000,00	44.586.680,86	99,68	44.586.680,86	99,68	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental		7.871.000,00	8.572.500,00	8.548.446,67	99,72	8.548.446,67	99,72	0,00
14. OUTRAS DESPESAS								
14.1 - Com Educação Infantil		39.393.000,00	36.156.500,00	36.038.234,19	99,67	36.038.234,19	99,67	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental		12.663.000,00	14.371.827,00	13.671.960,65	95,13	13.671.960,65	95,13	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)		3.531.000,00	3.412.700,00	3.302.737,89	96,78	3.302.737,89	96,78	0,00
		9.132.000,00	10.959.127,00	10.369.222,76	94,62	10.369.222,76	94,62	0,00
		59.927.000,00	59.100.827,00	58.258.641,51	98,58	58.258.641,51	98,58	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB								
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							Valor	0,00
16.1 - FUNDEB 60%								0,00
16.2 - FUNDEB 40%								0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB								0,00
17.1 - FUNDEB 60%								0,00
17.2 - FUNDEB 40%								0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)								0,00
INDICADORES DO FUNDEB								
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)							Valor	58.258.641,51
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)								77,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)								23,79
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%								-1,39
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE							Valor	9,23
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS								0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018								0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.439]. PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Portaria Nº 495 de 2017





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 3 of 4

R\$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100		
22. EDUCAÇÃO INFANTIL								
22.1 Creche	13.396.000,00	13.371.200,00	13.081.599,11	97,83	13.081.599,11	97,83	0,00	
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.396.000,00	13.371.200,00	13.081.599,11	97,83	13.081.599,11	97,83	0,00	
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	11.402.000,00	11.985.200,00	11.851.184,56	98,88	11.851.184,56	98,88	0,00	
22.2 Pré-escola	1.994.000,00	1.386.000,00	1.230.414,55	88,77	1.230.414,55	88,77	0,00	
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23. ENSINO FUNDAMENTAL								
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.298.000,00	66.058.427,00	62.753.499,04	95,00	62.740.712,20	94,98	12.786,84	
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	48.525.000,00	47.115.627,00	46.407.456,95	98,50	46.407.456,95	98,50	0,00	
24. ENSINO MÉDIO	13.773.000,00	18.942.800,00	16.346.042,09	86,29	16.333.255,25	86,22	12.786,84	
25. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	19.617.000,00	19.667.000,00	15.075.257,70	76,65	14.994.339,90	76,24	80.917,80	
27. OUTRAS	294.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	436.000,00	781.000,00	408.363,90	52,29	408.363,90	52,29	0,00	
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	96.041.000,00	100.020.627,00	91.318.719,75	91,30	91.225.015,11	91,21	93.704,64	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor	
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							32.037.532,72	
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							4.660.890,68	
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							0,00	
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00	
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁹							0,00	
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							0,00	
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)							36.698.423,40	
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)							39.136.674,75	
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,14	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.984.000,00	4.402.900,00	3.256.498,61	73,96	3.256.498,61	73,96	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.277.000,00	6.674.900,00	4.846.410,70	72,61	4.846.410,70	72,61	0,00
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	11.261.000,00	11.077.800,00	8.102.909,31	73,15	8.102.909,31	73,15	0,00
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	107.302.000,00	111.098.427,00	99.421.629,06	89,49	99.327.924,42	89,41	93.704,64





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS ANEXO VIII RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Page 4 of 4

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
R\$ 1			
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00
		0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		59.232,51	343,08
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		57.234.756,90	2.845.532,55
48.1 - Orçamento do Exercício		61.696.512,88	3.413.901,81
48.2 - Restos a Pagar		58.258.641,51	3.343.507,68
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.437.871,37	70.394,13
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		225.099,23	29.293,89
51. (+) Ajustes		-4.177.424,24	-538.732,29
51.1 Retenções		4.333.968,66	544.626,77
51.2 Conciliação Bancária		4.333.968,66	544.626,77
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		0,00	0,00
		156.544,42	5.894,48

Izaias Régis Neto
173.909.664-91
Prefeito

Flávio Eloia Sales
355.231.584-53
Secretário de Finanças

Valéria do Socorro Celestino
729.124.214-20
Contadora CRC 016.692/O-6

- 1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
- 3) Caput do artigo 212 da CF/1988
- 4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
- 6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
- 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Nota Explicativa

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referente ao 6º bimestre/2018, está sendo republicado no quadro de avisos da Prefeitura no período de 11 a 30 de março/2019. Também disponível em: <http://cgm.garanhuns.ebind.com.br/indexTransp.html>





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE V

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

(art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/96 e art. 22 da MP 339/2006 na lei Federal nº 11.494/2007)

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
1. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	44.586.680,86
1.1. Educação Infantil	8.548.446,67
1.2. Ensino Fundamental	36.038.234,19
2. DEDUÇÕES (2.1 + 2.2)	- 0 -
2.1. Despesas indevidas com recursos do FUNDEB 60%	- 0 -
2.2. Despesas com remuneração de profissionais do magistério da educação básica sem lastro financeiro de recursos do FUNDEB	- 0 -
2.3. Restos a pagar não processados	- 0 -
3. VALOR LÍQUIDO PAGO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (1-2)	44.586.680,86
4. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	57.459.856,13
5. PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL $= (3/4) \times 100$	77,60%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE VI

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

(Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Fundo Municipal de Saúde – FMS</i>	VALOR (R\$)
1. DESPESAS COM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS	21.483.359,81
<i>Administração Geral</i>	3.873.916,65
<i>Atenção Básica</i>	6.806.836,72
<i>Assistência Hospitalar e Ambulatorial</i>	8.376.628,05
<i>Suporte Profilático e Terapêutico</i>	1.237.808,20
<i>Vigilância Sanitária</i>	309.054,34
<i>Vigilância Epidemiológica</i>	778.931,95
<i>Alimentação e Nutrição</i>	100.183,90
<i>Restos a Pagar não processados pagos no exercício</i>	
2. (-) DEDUÇÕES	35.529.316,46
<i>2.1 Despesas custeadas com Recursos de Transferências do SUS</i>	34.252.781,33
<i>2.2 Despesas custeadas com Receitas de Serviços</i>	-
<i>2.3 Despesas indevidas em ações e serviços públicos de saúde</i>	369.567,99
<i>2.4 Cancelamento de restos a pagar processados, no exercício</i>	-
<i>2.5 Convênios</i>	906.967,14
3. TOTAL APLICADO NA SAÚDE (R\$) - (II) = (I)	21.483.359,81
4. RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	134.616.024,81
5. MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	20.192.403,72
6. PERCENTUAL APLICADO = (III / IV) x 100%	15,96%
7. VALOR A APLICADO ACIMA DO LIMITE DE 15%	1.290.956,09



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE VII

REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES LIMITE DEFINIDO NO CAPUT DO ART. 29 – A DA CF/88

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	33.437.428,61
1.1. IPTU	1.962.332,03
1.2. ISS	14.252.625,76
1.3. ITBI	2.189.441,79
1.4. IRRF (retido pelo Município)	6.424.470,93
1.5. Taxas	4.695.320,51
1.6. Contribuições de Melhoria	-0-
1.7. COSIP	3.913.237,59
1.8. Multa e juros de natureza tributária	
2. TRANSFERÊNCIAS	99.882.425,94
2.1. Cota IOF – Ouro	-0-
2.2. Cota ITR	10.395,08
2.3. Cota IPVA	9.896.003,32
2.4. Cota ICMS	37.965.180,17
2.5. Cota IPI	134.222,22
2.6. Cota FPM	51.602.332,75
2.7. Cota ICMS – Desoneração	77.626,44
2.8. CIDE	196.675,96
3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.306.264,01
3.1. Dívida Ativa Tributária (acrescida de multas, juros e atualizações monetárias)	3.306.264,01
4. RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA EM 2015 =(1+2+3)	136.626.118,56
5. PERCENTUAL ESTABELECIDO PARA O MUNICÍPIO DE ACORDO COM A POPULAÇÃO	6%
6. VALOR DO 1º LIMITE =(4 x 5)	683.130,59



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

REPASSE DO DUODÉCIMO AO PODER LEGISLATIVO - EXERCÍCIO 2018

1º Limite		Despesa autorizada a Câmara para o exercício de 2018 R\$ 10.940.000,00	
		Limite mensal fixado pelo orçamento R\$ 911.666,67	
2º Limite			
Gastos do Poder Legislativo Baseados na Receita Arrecadada do Exercício de 2017 (art. 29-A), da CF/88			
Base Legal	Classificação	Descrição da Receita	Valor
	1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$ 136.626.118,56
	1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 29.524.191,02
	1110.00.00	IMPOSTOS	R\$ 24.828.870,51
Art. 29 A da CF	1112.02.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$ 1.962.332,03
Inciso 1 do Art. 158 da CF	1112.04.31	IRRF s/Rendimentos do Trabalho	R\$ 5.379.328,18
Inciso 1 do Art. 158 da CF	1112.04.34	IRRF s/Outros Rendimentos	R\$ 1.045.142,75
Art. 29 A da CF	1112.08.00	Impostos sobre Transferencia de Bens Inter-Vivos	R\$ 2.189.441,79
Art. 29 A da CF	1113.05.00	ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 14.252.625,76
	1120.00.00	TAXAS	R\$ 4.695.320,51
Art. 29 A da CF	1121.00.02	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	R\$ 29.835,64
Art. 29 A da CF	1121.21.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	R\$ 892.457,11
Art. 29 A da CF	1121.22.00	Taxa de Serviços Administrativos	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.25.00	Taxa de Licença p/Funcionamento de Estabelecimento	R\$ 1.217.696,76
Art. 29 A da CF	1121.26.00	Taxa de Publicidade Comercial	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.27.00	Taxa de Apreensão e Depósito	R\$ 48.632,36
Art. 29 A da CF	1121.28.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.29.00	Taxa de Licença p/Execução de Obras	R\$ 707.376,63
Art. 29 A da CF	1121.30.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.31.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.31.01	Taxa de Utilização de Estacionamento - Zona Azul	R\$ 633.674,40
Art. 29 A da CF	1121.32.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.35.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1121.36.00	Taxa de Apreensão, Depósito ou Liberação de Animais	R\$ 492,03
Art. 29 A da CF	1121.99.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	R\$ 119.699,40
Art. 29 A da CF	1122.12.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	R\$ 0,00
Art. 29 A da CF	1122.28.00	Taxa de Cemitérios	R\$ 187.007,04
Art. 29 A da CF	1122.90.00	Taxa de Limpeza Pública	R\$ 691.255,95
Art. 29 A da CF	1122.99.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	R\$ 167.193,19
	1230.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERV DE ILUM. PUBLICA	R\$ 3.913.237,59
Art. 29 A da CF	1230.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	R\$ 3.913.237,59
	1721.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 51.690.344,27
Alinea "b", Inc. I, do Art. 159 da CF	1721.01.02	Cota-Parte do FPM - Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 47.327.578,28
Alinea "d", Inc. I, do Art. 159 da CF	1721.01.03	Cota-Parte do FPM - 1% - Cota Dezembro	R\$ 2.103.988,14
Alinea "e", Inc. I, do Art. 159 da CF	1721.01.04	Cota-Parte do FPM - 1% - Cota Julho	R\$ 2.170.756,33
Inciso II, do Art. 158 da CF	1721.01.05	Cota-parte do ITR	R\$ 10.395,08
Decisão TCE nº 1.378/02	1721.36.00	Transferência Financeira do ICMS Desoneração LC nº 87/96	R\$ 77.626,44
	1722.01.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	R\$ 48.192.081,67
Inciso IV, do Art. 158 da CF	1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	R\$ 37.965.180,17
Inciso III, do Art. 158 da CF	1722.01.02	Cota-Parte do IPVA	R\$ 9.896.003,32
Inciso I, do Art. 159 da CF	1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	R\$ 134.222,22
Inciso III, do Art. 159 da CF	1721.01.13	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 196.675,96
	1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 3.306.264,01
	1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	R\$ 807.134,33
	1931.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 2.499.129,68
Decisão TCE nº 1.387/02	1931.11.00	Receita da Dív. Ativa de Imp. s/a Propriedade	R\$ 899.600,89
Decisão TCE nº 1.387/02	1931.13.00	Receita da Dív. Ativa de Imp. s/ Serv. de Qualquer Natureza	R\$ 681,10
Decisão TCE nº 1.387/02	1931.12.00	Receita da Dív. Ativa de Imp. s/ Transmissão Inter Vivos de Bens	R\$ 0,00
Decisão TCE nº 1.387/02	1931.99.00	Receita da Dív. Ativa de Outros Tributos	R\$ 1.598.847,69
	TOTAL GERAL	R\$ 136.626.118,56	
	Limite de repasse ao Poder Legislativo Anual (6%)	R\$ 8.197.567,11	
	Limite Mensal (6%)	R\$ 683.130,59	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE VII
REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES
VALOR AUTORIZADO NO ORÇAMENTO OU PROPORÇÃO FIXADA NA LOA
Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>1. Despesa autorizada para a Câmara no Exercício de 2018</i>	<i>10.940.000,00</i>



Documento Assinado Digitalmente por: GLAUCO BRASILEIRO DE LIMA, IZAIAS REGIS NETO
Acesse em: <https://stc.tec.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: c5628d3b-ena7-420e-4058-9ff48256862b



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE VIII REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES CONFRONTO DO VALOR EFETIVAMENTE REPASSADO À CÂMARA COM O VALOR PERMITIDO

Prefeitura Municipal de Garanhuns – Exercício 2018

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>1. Limite – Art. 29 – A</i>	<i>8.197.567,11</i>
<i>2. Valor – Orçamento</i>	<i>10.940.000,00</i>
<i>3. Valor Repassado ao Legislativo (sem os inativos)</i>	<i>8.197.567,11</i>
<i>4. Gastos com Inativos</i>	<i>- 0 -</i>
<i>5. Valor repassado ao legislativo (sem os inativos) = (3-4)</i>	<i>8.197.567,11</i>
<i>6. Valor Permitido (menor dos valores = 1 ou 2)</i>	<i>8.197.567,11</i>
<i>7. Diferença entre o valor permitido e o valor repassado = (6-5)</i>	<i>- 0 -</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

APÊNDICE IX

Em relação ao cumprimento dos valores e limites constitucionais e legais, segue quadro com a síntese do apurado ao longo do presente relatório:

Área	Especificação	Valor/Limite Legal	Fundamentação Legal	Percentual/Valor Aplicado	Situação
Educação	Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	25% da receita vinculável na manutenção e desenvolvimento do ensino.	CF/88 – art.212.	28,14%	Cumprimento
	Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.	60% dos recursos do FUNDEB.	Lei Federal nº 11.494/2007	77,60%	Cumprimento
Saúde	Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.	15% da receita vinculável em saúde.	Art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.	15,96%	Cumprimento
Pessoal	Despesa total com pessoal.	54% da RCL.	Lei Complementar nº 101/2000, art. 20.	1ºQ. 5551%	Descumprimento
				2ºQ. 53,16%	Cumprimento
				3ºQ. 50,78 %	Cumprimento
Duodécimo	Repasse do duodécimo a Câmara de Vereadores.	R\$.10.940.000,00	Art. 29-a.	R\$ 8.197.567,11	Cumprimento
Dívida	Dívida Consolidada Líquida – DCL.	120% da RCL.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	305.467.697,68	Cumprimento